

**ASSOCIAÇÃO ALPHA PARA EDUCACAO ESPECIAL**  
**Relatório independente**

**Demonstrações contábeis**  
**Em 31 de dezembro de 2023**

# **ASSOCIAÇÃO ALPHA PARA EDUCACAO ESPECIAL**

**Demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2023**

## **Conteúdo**

**Relatório independente sobre as demonstrações contábeis**

**Balancos patrimoniais**

**Demonstrações do superávit do exercício**

**Demonstrações do superávit abrangente**

**Demonstrações da mutação do patrimônio líquido**

**Demonstrações dos fluxos de caixas**

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis**

## RELATÓRIO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos  
Administradores do  
**Associação Alpha para Educação Especial**  
São José dos Campos - SP

### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do **Associação Alpha para Educação Especial** (“**Associação Alpha**”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do déficit do exercício, do déficit abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

**Em nossa opinião**, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **Associação Alpha** em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades sem fins lucrativos - ITG 2002 (R1), complementadas pela norma contábil aplicável às pequenas e médias empresas (CPC PME (R1)).

### Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades da análise das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação ao Associação Alpha, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência dos levantamentos realizados é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Outros assuntos

As demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram por nós auditadas e o relatório emitido em 27 de abril de 2023 não continha ressalva.

### Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades sem fins lucrativos - ITG 2002 (R1), complementadas pela norma contábil aplicável às pequenas e médias empresas (CPC PME (R1)) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Associação Alpha continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

## Responsabilidades da análise das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Associação Alpha;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Associação Alpha. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de análise para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Associação Alpha a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

São José dos Campos, 29 de abril de 2024.

**Balanço patrimonial duas colunas consolidado de 01/01/2023 a 31/12/2023**

Página: 1

Empresa: 1915 - ASSOCIACAO ALPHA PARA EDUCACAO ESPECIAL

São José dos Campos/SP - CNPJ:19.136.655/0001-10

<u>Nome</u>	<u>Saldo atual</u>	<u>Nome</u>	<u>Saldo atual</u>
ATIVO	4.023.666,65	PASSIVO	4.023.666,65
ATIVO CIRCULANTE	1.716.759,15	PASSIVO CIRCULANTE	1.600.330,09
DISPONIBILIDADE	1.460.677,85	FORNECEDORES	141.759,10
CREDITOS	135.810,63	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS	601.538,05
OUTROS CREDITOS	112.839,22	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E FISCAIS	55.463,88
IMPOSTOS/CONTRIB. RECUPERÁVEIS	572,40	OUTRAS OBRIGAÇÕES	801.569,06
DESPESAS DO EXERCÍCIO SEGUINTE	6.859,05	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	231.198,51
ATIVO NÃO CIRCULANTE	2.306.907,50	OUTRAS OBRIGAÇÕES LP	19.247,92
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	627.304,89	COMPENSAÇÕES PASSIVAS	211.950,59
IMOBILIZADO	1.679.602,61	PATRIMONIO SOCIAL LIQUIDO	2.192.138,05
		PATRIMONIO SOCIAL/FUNDO SOCIAL	364.608,47
		SUPERAVIT OU DEFICIT	1.827.529,58

---

**JOAO PEDRO ALMEIDA DE PAULA**

Contador

CPF: 435.878.338-42

CRC: 1SP.333.035/O-2

---

**NURICEL VILLALONGA AGUILERA**

Presidente

CPF: 032.412.248-99

Código	Nome	Período atual
1	RECEITAS OPERACIONAIS	22.742.503,69
2	RECEITA BRUTA OPERACIONAL	22.742.503,69
8	RECEITA COM SERVIÇOS	538.099,09
15	Serviços de Treinamento	538.099,09
16	RECEITAS ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS	5.129.488,65
17	Doações PJ	1.525.986,84
18	Doações PF	578.867,06
23	Patrocínios	131.152,51
347	Doações - Eventos	48.340,64
353	Doações - Editais	141.068,25
394	Doações - Clube dos Sonhos PJ	1.472.648,00
395	Doações - Clube dos Sonhos PF	663.419,04
396	Doações - Apoio PJ	450.400,00
404	Doações - Eventos PF	117.606,31
32	SUBVENÇÕES	701.263,44
354	Contrato de Gestão CMDCA	701.263,44
47	CONTRIBUIÇÕES ASSOCIATIVAS	13.831.502,51
343	Mensalidades	13.831.502,51
56	RECEITAS COM GRATUIDADES	2.542.150,00
57	Gratuidades - Integral Cebas	2.264.160,00
58	Gratuidades - Parcial Cebas	277.990,00
59	DEDUÇÕES DAS RECEITAS	(7.064.475,07)
60	(-)DEVOLUÇÕES E ABATIMENTOS	(4.522.325,07)
344	(-)Serviços Anulados	(426,34)
356	(-)Abatimentos Concedidos	(4.521.898,73)
64	(-)DEDUÇÕES S/GRATUIDADES	(2.542.150,00)
65	(-)Gratuidades - Integral Cebas	(2.264.160,00)
66	(-)Gratuidades - Parcial Cebas	(277.990,00)
333	(=) RECEITA LIQUIDA	15.678.028,62
338	(=) RECEITA LIQUIDA SERVIÇOS	537.672,75
340	(=) RECEITA LIQUIDA S/FINS LUCRATIVOS	15.140.355,87
83	CUSTOS	12.144.836,59
84	CUSTO	12.144.836,59
156	CUSTO DE PROJETOS	12.144.836,59
361	CUSTO COM ATIVIDADES EDUCACIONAIS	12.144.836,59
362	Custo com Pessoal	4.613.539,93
363	Encargos sobre a Folha	383.568,15
364	Custos com Atividades Educacionais	7.147.728,51
334	(=) RESULTADO BRUTO OPERACIONAL	3.533.192,03
341	(=) RESULTADO BRUTO SERVIÇOS	537.672,75
342	(=) RESULTADO BRUTO S/FINS LUCRATIVOS	2.995.519,28
162	DESPESAS OPERACIONAIS	4.917.898,48
163	DESPESAS OPERACIONAIS	5.080.585,81
164	DESPESAS COM PESSOAL	150.000,00
428	Processos Trabalhistas	150.000,00
197	DESPESAS COM TERCEIROS	2.347.119,46
198	Assistência Contábil	150.438,24
200	Serviços com Consultoria	19.563,32
201	Serviços de Pessoa Jurídica	28.927,59
202	Serviços de Pessoa Física	26.624,81
203	Serviços de Auditoria	12.000,00
204	Vigilância	4.966,76
205	Comunicação e Marketing	64.055,63
207	Assistência Jurídica	37.800,00
412	Serviços Especializados	2.002.743,11
211	DESPESAS COM IMPOSTOS E TAXAS	105.144,63
212	Impostos, Taxas e Emolumentos	5.058,90
214	IPTU	100.085,73
219	DESPESAS COM MANUTENÇÃO	297.782,51
220	Manutenção, Conservação e Limpeza	198.602,02
221	Manutenção de Equipamentos	11.255,15

<b>Código</b>	<b>Nome</b>	<b>Período atual</b>
222	Manutenção de Informática	87.925,34
<b>224</b>	<b>OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>1.635.291,95</b>
225	Publicidade e Propaganda	23.855,48
226	Viagens e Representações	55.871,91
227	Aluguéis e Condomínios	195.117,80
228	Água e Esgoto	50.520,35
229	Telefones e Celulares	47.258,25
230	Energia Elétrica	72.425,10
232	Condução e Transporte	15.461,42
233	Impressos e Material de Escritório	47.245,17
234	Correios	7.257,00
237	Lanches e Refeições	35.705,84
240	Copa e Cozinha	16.733,14
241	Cartório	1.467,71
242	Cursos e Seminários	900,00
243	Fretes e Carretos	3.554,00
245	Bens de Natureza Permanente	23.704,86
247	Prêmios de Seguros	13.632,80
249	Depreciação	87.225,64
250	Amortização	632.305,58
252	Locação de Equipamentos	12.197,59
253	Treinamentos	14.780,30
256	Progr. Alimentação ao Trabalhador	339,12
258	Despesas Diversas	1.146,34
260	Locação de Móveis e Utensílios	7.154,60
261	Locação de Veículos	6.952,34
265	Perdas no Recebimento	193.360,75
267	Perdas Extraordinárias	3.838,70
348	Estacionamentos e Pedágios	152,50
373	GAS	183,47
374	Uniformes	6.146,01
413	Outros Gastos com mão-de-obra	4.884,70
414	Ferramentas de Gestão e Administração	53.913,48
<b>297</b>	<b>GRATUIDADES COM BOLSISTAS</b>	<b>259.621,80</b>
298	Material Didático	114.951,60
299	Atividade Psicossociais	1.546,80
300	Outros Custos	31.076,81
350	Uniformes	9.881,00
351	Lanches e Refeições	74.757,80
383	Transportes - GB	4.423,37
407	Hospedagens e Passagens - GB	1.084,00
408	Material de Escritório - GB	21.900,42
<b>301</b>	<b>DESPESAS NÃO DEDUTÍVEIS</b>	<b>285.625,46</b>
302	Brindes e Decorações	5.885,58
304	Multas	44.445,73
305	Doações	179.219,20
306	Despesas não dedutíveis	56.074,95
<b>67</b>	<b>RECEITAS FINANCEIRAS</b>	<b>288.654,42</b>
<b>68</b>	<b>RECEITAS FINANCEIRAS</b>	<b>288.654,42</b>
69	Variações Cambiais Ativas	27,02
71	Atualização Selic s/Créditos	87.869,11
72	Juros Ativos	243,70
73	Descontos Obtidos	911,21
74	Rendimento de Aplicações Financeiras	199.164,94
360	Outras Receitas Financeiras	438,44
<b>307</b>	<b>DESPESAS FINANCEIRAS</b>	<b>125.967,09</b>
<b>308</b>	<b>ENCARGOS FINANCEIROS GERAIS</b>	<b>204,43</b>
309	Varição Cambial Passiva	204,43
<b>311</b>	<b>OUTRAS DESPESAS FINANCEIRAS</b>	<b>125.762,66</b>
312	Juros Passivos	9.866,13
313	Descontos Concedidos	1.956,91
314	Despesas Bancárias	69.315,89
316	IR s/Aplicação Financeira	11.158,69
317	I.O.F.	4.904,78
319	Juros, Taxas e Comissões s/ Financiamentos	1.980,39
357	Taxas Adm de Cartões	5.873,63
358	Taxas de Boletos	49,20
375	Perdas em Fundos Aplic. Financeiras	20.657,04

**Demonstração do Resultado do Exercício Consolidado de 01/01/2023 a 31/12/2023**

Página: 3

Empresa: 1915 - ASSOCIACAO ALPHA PARA EDUCACAO ESPECIAL

São José dos Campos/SP - CNPJ:19.136.655/0001-10

<b>Código</b>	<b>Nome</b>	<b>Período atual</b>
335	(=) RESULTADO OPERACIONAL	(1.384.706,45)
75	RECEITAS DIV. GRUPO OPERACIONAL	850.908,50
79	OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	850.908,50
80	Despesas Recuperadas	846.309,99
81	Receitas Diversas	4.598,51
336	(=) SUPERAVIT/DEFICIT LIQUIDO DO EXERCICIO	(533.797,95)

---

JOAO PEDRO ALMEIDA DE PAULA

Contador

CPF: 435.878.338-42

CRC: 1SP.333.035/O-2

---

NURICEL VILLALONGA AGUILERA

Presidente

CPF: 032.412.248-99



**Demonstrativo das mutações do patrimônio líquido de 01/01/2023 a 31/12/2023. expresso em R\$**

Empresa: 1915 - ASSOCIACAO ALPHA PARA EDUCACAO ESPECIAL

**1915 - ASSOCIACAO ALPHA PARA EDUCACAO ESPECIAL**

Histórico	Capital social	Patrimonio social	Reservas de patrimonio	Reservas de lucros	Superavit ou deficit	Compensações passivas	Total
<b>SALDO EM 01/01/2023</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 364.608,47</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 3.438.702,95</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 3.803.311,42</b>
Capital Social Subscrito	R\$ 0,00						R\$ 0,00
Capital Social Integralizado							R\$ 0,00
Patrimonio Social		R\$ 0,00					R\$ 0,00
Reserva de Patrimonio			R\$ 0,00				R\$ 0,00
Reserva de Contingências				R\$ 0,00			R\$ 0,00
Reserva Legal				R\$ 0,00			R\$ 0,00
Reserva Estatutária				R\$ 0,00			R\$ 0,00
Superavit Acumulados							R\$ 0,00
Deficit Acumulados					R\$ 0,00		R\$ 0,00
Ajustes de Exercícios Anteriores						-R\$ 1.077.375,42	-R\$ 1.077.375,42
Resultado do Exercício						-R\$ 533.797,95	-R\$ 533.797,95
Contas de Compensação						R\$ 0,00	R\$ 0,00
<b>SALDO FINAL EM 31/12/2023</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 364.608,47</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 1.827.529,58</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 2.192.138,05</b>

JOAO PEDRO ALMEIDA DE PAULA

Contador

CPF: 435.878.338-42

CRC: 1SP.333.035/O-2

NURICEL VILLALONGA AGUILERA

Presidente

CPF: 032.412.248-99



**Demonstração dos Fluxos de Caixa de 01/01/2023 a 31/12/2023**

Empresa: 1915 - ASSOCIACAO ALPHA PARA EDUCACAO ESPECIAL

Página: 1

São José dos Campos/SP - CNPJ:19.136.655/0001-10

**Nome****2023**

## ATIVIDADES OPERACIONAIS

Resultado Líquido do Exercício	(533.797,95)
Depreciação e Amortização	744.115,13
Contas a Receber	100.656,48
Adiantamentos	192.535,09
Tributos a Compensar	(572,40)
Outros Créditos	(514.047,10)
Fornecedores	16.744,25
Contas a Pagar e Provisões	306.726,51
Tributos Fiscais e Encargos Sociais a Recolher	(12.738,93)
Obrigações Trabalhistas	156.760,33
Outros Débitos	211.950,59

CAIXA LIQUIDO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS 668.332,00

## ATIVIDADES DE INVESTIMENTO

Ativo Imobilizado	(305.128,26)
Ativo Intangível	(2.940,00)

CAIXA LIQUIDO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (308.068,26)

## ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO

Empréstimos a Pagar curto prazo	(29.209,06)
Ajustes de Exercícios Anteriores	(1.077.375,42)

CAIXA LIQUIDO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (1.106.584,48)

## AUMENTO/REDUÇÃO LIQUIDO DAS DISPONIBILIDADES

(746.320,74)

Disponibilidades no Início do Período

2.206.998,59

Disponibilidades no Final do Período

1.460.677,85

---

JOAO PEDRO ALMEIDA DE PAULA

Contador

CPF: 435.878.338-42

CRC: 1SP.333.035/O-2

---

NURICEL VILLALONGA AGUILERA

Presidente

CPF: 032.412.248-99



## ASSOCIAÇÃO ALPHA PARA EDUCAÇÃO ESPECIAL

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Associação Alpha para Educação Especial é instituída como Entidade Civil de direito privado sem fins lucrativos, com sede e foro na cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo, na rua Clóvis Bevilacqua, 868, Jardim Esplanada.

Constituída em 08 de outubro de 2013, a AAEE desenvolve suas atividades com a finalidade de buscar soluções de impacto social através da educação. A AAEE desenvolve projetos e abre oportunidades em várias frentes, tendo um olhar especial para projetos envolvendo Escolas Públicas com foco principal nas áreas: STEM, Arte e cultura, empreendedorismo, esporte, sustentabilidade, saúde, etc - todas conectadas com o Projeto Escola.

Essas frentes de atuação da AAEE que gera estruturas educacionais inovadoras e apoio ao ensino de estudantes com altas habilidades propiciando a formação de lideranças transformadoras e éticas entre jovens e crianças talentosas advindos principalmente de escolas públicas e de baixa renda. A AAEE identifica, seleciona e estimula esses estudantes preparando-os para ingressarem nas melhores universidades do Brasil e do mundo e colocarem seus talentos a serviço da sociedade. Este é o processo de transformação social promovido pelo AAEE.

O AAEE tem como apoio de custeio do projeto o programa nomeado de “Clube dos Sonhos” que é realizado visando a captação de bolsas de estudos financiadas por empresários, por pagamento de contribuições mensais dos estudantes não bolsistas ou bolsistas parciais, por meio de doações e mensalidades recebidas de apoiadores das famílias destinados a custear o estudante específico, e, por fim, a partir da captação de recursos financeiros (editais) e não financeiros para projetos determinados e doações (financeiras ou de bens) recebidas sem destino específico.

A AAEE é credenciada pelo MEC (Ministério da Educação e Cultura) com o título CEBAS, (Certificado de Entidades Benéficas e Assistência Social), como pessoa jurídica de direito privado, entidade filantrópica sem fins lucrativos, reconhecido como entidade beneficente de assistência social que presta serviço na área de educação. A AAEE É detentora do título de CMDCA, (Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente), órgão paritário que conta com a participação da sociedade civil e do Poder Executivo Municipal. Ele propõe, delibera e controla as políticas públicas municipais voltadas para a proteção social e garantia de oportunidades de acesso para crianças e adolescentes.

Outros títulos como Utilidade Pública Municipal e Utilidade Pública Estadual são mais exemplos de reconhecimentos das ações positivas em favor da sociedade promovidas pelo AAEE.

#### 2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

##### 2.1. Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As demonstrações financeiras do AAEE para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e orientações aplicáveis a pequenas e médias empresas (NBC TG 1000), bem como a interpretação técnica ITG 2020 – Entidade sem Finalidade de Lucros, aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), por meio da Resolução nº 1.409/12.

## 2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando mencionado em contrário. O custo histórico geralmente é baseado no valor nominal das contraprestações pagas em troca de ativos.

## 2.3. Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

A moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras da AAEE é o Real.

## 3. DESCRIÇÃO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

### 3.1. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações financeiras estão descritas a seguir:

#### 3.2. Apuração do resultado

As receitas oriundas de contribuição e doações voluntárias são registradas em seu período de competência, conforme determinado pela ITG 2002 (Entidade sem fins lucrativos) do CFC, mediante documento hábil e recebimento efetivo da doação.

#### 3.3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa e aplicações financeiras, que são investimentos de curto prazo e alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor, e com prazo de vencimento, na data da aquisição, igual ou inferior a 90 dias.

#### 3.4. Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

##### 3.4.1. Ativos financeiros

###### 3.4.1.1. Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados no reconhecimento inicial e subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) ou ao valor justo por meio do resultado (“VJR”).

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Associação para a gestão destes ativos financeiros. Exceto para contas a receber que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Associação tenha aplicado o expediente prático, a Associação inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro que não é a VJR. Contas a receber que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Associação tenha aplicado o expediente prático são mensuradas ao preço de transação determinado de acordo como CPC 47 / IFRS 15 – Receita de Contrato com Cliente.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado ao custo amortizado ou VJORA, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “somente pagamentos de principal e juros” (“SPPJ”) sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é chamada de teste SPPJ e é executada a nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam SPPJ são classificados e mensurados ao VJR, independentemente do modelo de negócios.

O modelo de negócios da Associação para administrar ativos financeiros refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão recebimento de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em um modelo de negócio cujo o objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais, enquanto os ativos financeiros classificados e mensurados ao VJORA são mantidos em um modelo de negócios cujo o objetivo é de ambos, receber fluxos de caixa contratuais e da venda de ativos financeiros.

Ativos financeiros ao VJR incluem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao VJR, ou ativos financeiros obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Instrumentos financeiros derivativos, incluindo derivativos embutidos separados, também são classificados como mantidos para negociação, menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes. Não obstante os critérios para os instrumentos de dívida serem classificados custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, os instrumentos de dívida podem ser designados ao VJR no reconhecimento inicial, caso isso elimine ou reduza significativamente um descasamento contábil.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo definido pela regulamentação ou prática de mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data de negociação, ou seja, a data em que a Associação se compromete a comprar ou vender o ativo.

#### 3.4.1.2. Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros ao VJORA com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros ao VJORA sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento da sua baixa (instrumentos patrimoniais); ou
- Ativos financeiros ao VJR.

##### 3.4.1.2.1. Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida)

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método da taxa efetiva de juros e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros da Associação ao custo amortizado incluem Contas a receber e Outros Ativos.

##### 3.4.1.2.2. Ativos financeiros ao VJORA (instrumentos de dívida)

Para os instrumentos de dívida ao VJORA, a receita de juros, variação cambial e as perdas ou reversões por redução ao valor recuperável são reconhecidos na demonstração do resultado, de forma semelhante aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. As alterações restantes no justo valor são reconhecidas em ORA. No momento da baixa, a variação do valor justo acumulada reconhecida em ORA é reclassificada para o resultado.

A Associação não possui ativos financeiros ao VJORA.

#### 3.4.1.2.3. Ativos financeiros ao VJORA (instrumentos patrimoniais)

Após o reconhecimento inicial, a Associação pode optar por classificar irrevogavelmente seus investimentos em ações como instrumentos patrimoniais designados ao VJORA quando eles satisfazem a definição de patrimônio nos termos do CPC 39 / IAS 32 - Instrumentos Financeiros: Apresentação e não são mantidos para negociação. A classificação é determinada com base em cada instrumento.

Ganhos e perdas sobre esses ativos financeiros nunca são reclassificados para o resultado. Os dividendos são reconhecidos como outras receitas na demonstração do resultado quando o direito de pagamento é estabelecido, exceto quando a Associação se beneficia de tais resultados como uma recuperação de parte do custo do ativo financeiro, caso em que esses ganhos são registrados em ORA. Instrumentos patrimoniais designados ao VJORA não são sujeitos ao teste de redução ao valor recuperável.

A Associação não possui investimentos classificados nesta categoria.

#### 3.4.1.2.4. Ativos financeiros ao VJR

Ativos financeiros ao VJR são apresentados no balanço patrimonial ao valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

A Associação não possui ativos classificados nesta categoria.

#### 3.4.1.3. Baixa

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado (ou seja, retirado do balanço patrimonial da Associação) quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo tiverem expirado; ou
- A Associação transferiu seus direitos contratuais de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação contratual de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse; e (a) a Associação transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Associação não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Quando a Associação transfere seus direitos contratuais de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Associação continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento contínuo. Neste caso, a Associação também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Associação.

O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre o valor contábil original do ativo e o valor máximo da contraprestação recebida que a



Associação pode ser obrigada a restituir.

#### 3.4.1.4. Perda por redução ao valor recuperável (“Impairment”) de ativos financeiros

A Associação reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não mantidos ao VJR. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Associação espera receber, descontados a uma taxa que se aproxime da taxa efetiva de juros original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias mantidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais.

A Associação aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, a Associação não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece as perdas com base em perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição em cada data-base. A Associação estabeleceu uma matriz que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico.

A Associação aplica a abordagem simplificada Contas a Receber e Outros Ativos.

## 2. Passivos financeiros

### 3.4.2.1. Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao VJR, custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme o caso.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, no caso de custo amortizado, líquidos dos custos de transação diretamente atribuíveis.

### 3.4.2.2. Mensuração subsequente

A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo:

#### 3.4.2.2.1. Passivos financeiros ao VJR

Os passivos financeiros ao VJR incluem passivos financeiros mantidos para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial como ao VJR. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos com o objetivo de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Associação que não são designados como instrumentos de hedge em relacionamentos de hedge, conforme definido pelo CPC 48 / IFRS 9 – Instrumentos Financeiros.

Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes.

Ganhos ou perdas em passivos mantidos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao VJR são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 / IFRS 9 forem atendidos.

A Associação não possui passivos financeiros ao VJR.

#### 3.4.2.2. Passivos financeiros ao custo amortizado

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa efetiva de juros. A amortização pelo método da taxa efetiva de juros é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Essa categoria inclui Fornecedores e Mútuo com partes relacionadas.

#### 3.4.2.3. Baixa

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como a baixa do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

A taxa de desconto cobrada pela antecipação aos clientes de seus recebíveis parcelados é mensurada pela diferença entre o valor original devido ao cliente, líquido de comissões e taxas cobradas, e o valor pré-pago. A receita financeira é reconhecida uma vez que o cliente tenha escolhido o recebimento como sendo antecipado.

#### 3.4.3. Valor justo de instrumentos financeiros

A Associação mensura instrumentos financeiros tais como derivativos, a valor justo a cada data-base.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago para transferir um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data da mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorra:

- No mercado principal do ativo ou passivo; ou
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou passivo.

O mercado principal ou o mercado mais vantajoso deve ser acessível pela Associação.

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado usando as premissas que os participantes do mercado usariam ao precificar o ativo ou passivo, assumindo que os participantes do mercado atuem no seu melhor interesse econômico.

A Associação utiliza técnicas de avaliação adequadas às circunstâncias e para as quais existem dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo é mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são classificados na hierarquia de valor justo, descrita a seguir, com base nos dados de nível mais baixo que sejam significativos para a mensuração do valor justo como um todo:

A Associação utiliza a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

- Nível I - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível II - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente; e
- Nível III - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, a Associação determina se houve transferências entre níveis na hierarquia reavaliando a categorização (com base nos dados de nível mais baixo que sejam significativos para a mensuração do valor justo como um todo) a cada data-base.

#### 3.4.4. Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente exequível de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

#### 3.4.5. Instrumentos financeiros derivativos

De tempos em tempos, a Associação utiliza instrumentos financeiros derivativos, como contratos de moeda do tipo 'non-deliverable forward', para proteger seus riscos à moeda estrangeira.

Instrumentos financeiros derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, reavaliados ao seu valor justo. Derivativos são considerados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos são levados diretamente ao resultado.

A Associação não aplica contabilidade de hedge.

Em 31 de dezembro de 2023, a Associação não possui instrumentos financeiros derivativos.

#### 3.4.6. Ativo imobilizado

O imobilizado está representado pelos bens adquiridos pela AAEE ou recebidos em doação. O imobilizado é mensurado ao seu custo histórico, menos depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável. O custo histórico inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e, se aplicável, líquido de créditos de impostos. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que benefícios econômicos futuros associados ao item fluirão à AAEE, e que o custo do item seja relevante e que possa ser mensurado com segurança. Todos os outros gastos com reparos e manutenção são reconhecidos no resultado durante o período em que são incorridos. A depreciação é reconhecida pelo método linear com base na vida útil estimada dos ativos, conforme demonstrado a seguir:

Vida útil estimada (anos)

Máquinas e equipamentos	10
Móveis e utensílios	10
Computadores e periféricos	5
Instalações	10
Bibliotecas	10
Instrumentos Musicais	10

Os valores residuais, as vidas úteis e os métodos de depreciação / amortização dos ativos são revisados, a cada data-base, e ajustados de forma prospectiva, quando apropriado. Ganhos e perdas em alienações ou baixa são determinados pela comparação dos resultados da venda (se houver) com o valor contábil e são reconhecidos no resultado.

#### 3.4.7. Benefícios a empregados - Obrigações de curto prazo

Os passivos relacionados a benefícios de curto prazo a empregados são mensurados em uma base não descontada e são contabilizados como despesa conforme o serviço relacionado é fornecido.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bônus em dinheiro ou participação nos resultados de curto prazo se a AAEE tiver uma obrigação legal ou não formalizada de pagar devido aos serviços passados prestados pelos empregados e a obrigação puder ser estimada de forma confiável.

#### 3.4.8. Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da AAEE. A receita da AAEE é proveniente de mensalidades e doações. A AAEE registra também as receitas com gratuidades concedidas através de bolsa de estudos valendo-se, nesse caso dos procedimentos próprios para esse fim definidos na legislação federal do CEBAS.

A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

#### 3.4.9. Classificações de Itens Circulantes e Não Circulantes

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes

#### 3.4.10. Compensações Entre Contas

Como regra geral, nas demonstrações financeiras, nem ativos e passivos, ou receitas e despesas são compensados entre si, exceto quando a compensação é requerida ou permitida por um pronunciamento ou norma brasileira de contabilidade e está compensação reflete a essência da transação.

### 3.4.11. Redução ao Valor Recuperável

Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de perdas por desvalorização sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por desvalorização é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.

### 3.4.12. Despesas antecipadas

Despesas antecipadas são reconhecidas como um ativo no balanço patrimonial e representam os recursos em despesas do exercício seguinte. Essas despesas incluem os gastos relacionados ao seguro predial.

### 3.4.13. Tributos incidentes sobre as atividades

A AAEE é uma entidade sem fins lucrativos, a AAEE goza do benefício de isenção do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com os artigos 167 a 174 do Regulamento de Imposto de Renda aprovado pelo Decreto nº 3.000, de 26/03/1999, e o artigo 195 da Constituição Federal. Com relação aos demais tributos sobre as atividades próprias da Associação, destacamos os seguintes: (a) Programa de Integração Social (PIS) - contribuição de 1% sobre o montante da folha de pagamento; (b) Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre rendimentos de aplicações financeiras - imune, sendo fornecida declaração às instituições financeiras confirmando tratar-se de Entidade sem fins lucrativos; (c) Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - imune sobre as receitas próprias de sua atividade social; (d) Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) - imune sobre as receitas de suas atividades descritas em seu estatuto, e tributadas quando exigidas pela legislação; e (e) Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doações de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCMD) imposto incide sobre a transmissão de qualquer bem ou direito havido (Lei 10.705/00, art. 2º).

## 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>2023</u>
Caixa e Bancos	54.422,50
Aplicações Financeiras	<u>1.406.255,35</u>
	<u>1.460.677,85</u>

A rubrica “Caixa e equivalentes de caixa” são compostas por recursos provenientes de:

- Recursos próprios: composto de recebimentos de Mensalidades
- Recursos provenientes de editais de projetos e de doações de pessoas físicas e jurídicas.

## 5. IMOBILIZADO

<b>Imobilizado</b>				
<b>CUSTO</b>	<u>31/12/2022</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>31/12/2023</u>
<b>Máquinas e Equipamentos</b>	103.332	351.160	0	454.492
<b>Móveis e utensílios</b>	277.814	112.526	0	390.340
<b>Computadores e Periféricos</b>	161.720	146.657	0	308.377
<b>Instalações</b>	61.109	39.684	0	100.793
<b>Benfeitorias em Imóveis de Terceiros</b>	2.096.011	113.151	0	2.209.162
<b>Bibliotecas</b>	5.108	0	0	5.108
<b>Marcas e Patentes/ Software</b>	13.235	2.940	0	16.175
<b>Instrumentos Musicais</b>	0	14.470	0	14.470
<b>TOTAL</b>	<u>2.718.329</u>	<u>780.588</u>	<u>0</u>	<u>3.498.917</u>

<b>DEPRECIACÃO</b>	<u>31/12/2022</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>31/12/2023</u>
<b>Máquinas e Equipamentos</b>	(5.596)	(20.577)		(26.173)
<b>Móveis e utensílios</b>	(50.686)	(36.531)		(87.217)
<b>Computadores e Periféricos</b>	(94.934)	(46.813)		(141.747)
<b>Instalações</b>	(21.278)	(7.378)		(28.656)
<b>Benfeitorias em Imóveis de Terceiros</b>	(420.110)	(631.645)		(1.051.755)
<b>Bibliotecas</b>	(3.474)	(511)		(3.985)
<b>Marcas e Patentes/ Software</b>	(6.601)	(661)		(7.262)
<b>Instrumentos Musicais</b>	-	-		-
<b>TOTAL</b>	<u>(602.680)</u>	<u>(494.377)</u>		<u>(1.346.795)</u>

<b>Imobilizado líquido</b>	2.115.649	286.211		2.152.122
----------------------------	-----------	---------	--	-----------

A rubrica “Imobilizado”, é composta de bens adquiridos e recebidos por doação destinados as atividades operacionais da Entidade.

Em 31 de dezembro de 2023, não houve indicadores de perda por redução ao valor recuperável de ativos.

## 6. FORNECEDORES

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Fornecedores	141.759,10	125.014,85
	<u>141.759,10</u>	<u>125.014,85</u>

A rubrica "Fornecedores, é composta pela aquisição de materiais e serviços ligados às atividades da Associação.

## 7. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Salários a pagar	243.879	162.927
Férias a pagar	5.212	5.661
Rescisões a pagar	14.682	6.190
13º Salário a pagar	867	1.363
Pensão Alimentícia a Pagar	876	838
Rendimento Autônomo a Pagar	3.000	3.533
INSS a pagar	35.781	45.499
FGTS a pagar	37.518	54.438
GRRF a pagar	6.208	725
Prov. Férias Adquirida	234.213	170.947
Prov. FGTS s/ Férias Adquirida	19.302	13.812
	<u>601.538</u>	<u>465.933</u>

Em dezembro de 2022, a entidade contava com 93 funcionários que compreende profissionais CLT, autônomos e estagiários. Já em dezembro de 2023 a entidade continha em sua folha 132 funcionários.

## 09. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Patrimônio Social	364.608,47	364.608,47
Superávit acumulado	1.827.529,58	3.438.702,95
Ajuste de exercício anterior	1.077.375,42	
	<u>2.192.138,05</u>	<u>3.803.311,42</u>

A rubrica “Patrimônio líquido” registrada no valor de R\$ 2.192.138,05 em 2023 (R\$ 3.803.311,42 em 2022) é composta pelos superávits acumulados pela entidade até o exercício de 2023. E o ajuste no valor de R\$ 1.077.375,42 refere-se aos valores residuais recebidos de contratos de gestão por projeto em períodos anteriores lançados na receita, ora regularizado e controlado no passivo conforme gasto e apropriação.

## 10. MENSALIDADES

O financiamento da Associação é misto – parte é oriundo de mensalidades e parte de doações/editais.

Quanto as mensalidades, essas são contabilizadas pelo regime da competência, de acordo com a NBC T 10.19.2.1 e ITG 2002 (item 8) pois os valores das mensalidades são faturados no mês corrente no qual o aluno se encontra (paripassu a prestação do serviço) e o registro contábil é feito a partir dessa fatura.

As famílias contribuem suas mensalidades através da emissão de boletos.

## 11. DOAÇÕES CLUBE DOS SONHOS

O Clube dos Sonhos é um programa de doações feitas por empresários para viabilizar o atendimento (estudo) dos alunos bolsistas.

Entre os principais apoiadores destaca-se a STONE SOCIEDADE DE CREDITO DIRETO S.A.

- STONE SOCIEDADE DE CREDITO DIRETO S.A.	1.344.400,00
- SOLUCX SOFTWARE PARA GESTAO DE EXP	127.248,00
- Demais Doadores Pessoa Jurídica	1.000,00
Subtotal Doações de PJ	1.472.648,00
- Doadores Pessoa Física	663.419,04
Subtotal Doações de PF	663.419,04
TOTAL	2.136.067,00



## 12. DOAÇÕES EDITAIS

O Alpha Lumen busca participar de editais para o custeio dos projetos com as escolas públicas.

Em 2023, foi recebido o recurso da PAN AMERICAN DEVELOPMENT FOUNDATION para a realização da Olimpíada Internacional de Ciências e Engenharia Aeroespacial - OICEA 2023

Nome	Ref.	Item	Status (31/12/2023)	Valor Recebido
PADF – OICEA 2023	2023	Plano de Trabalho	Encerrado	141.068,25
TOTAL:				141.068,25

## 13. DOAÇÕES DIVERSAS

O AAEE recebe uma quantidade significativa de doações sem fonte definida, isso é evidenciado pelo extrato bancário, subsídio para a elaboração dessas demonstrações, no qual é possível observar uma gama de TEDs e DOCs de valores reduzidos realizados ao longo de cada mês.

Ademais, as famílias das crianças atendidas pelo projeto são incentivadas a buscarem doações para o projeto dentro de suas redes de contato ou mesmo familiares quando assim for possível.

A contabilização das doações é feita nos seus recebimentos efetivos e, portanto, pela sua competência.

## 14. DOAÇÕES APOIO

As doações de Apoio entram no contexto do apoio institucional dado para a contratação de consultores, de marca e financeiro, para colaborarem com a estruturação dos setores de Marketing e Finanças da Instituição.

## 15. CONTRATO DE GESTÃO

O Alpha Lumen tem projetos celebrado junto ao CMDCA de São José dos Campos – SP e também tem recursos oriundos de Emendas Parlamentares do Governo do Estado de São Paulo recebidos em 2023:

- CDMCA:

Nome	Ref.	Item	Status (31/12/2023)	Valor Recebido
Edtech	2020	Plano de Trabalho	Em Andamento	396.000,00
Robótica Tecnologia Arte	2020	Plano de Trabalho	Em Andamento	157.500,00
TOTAL:				553.500,00

## - EMENDAS PARLAMENTARES:

Nome	Ref.	Item	Status (31/12/2023)	Valor Recebido
Ciência Divertida	2019	Equipamentos	Em Andamento	0,0
Van	2019	Veículo	Concluído	0,0
Estudio Audiovisual	2020	Computadores	Em Andamento	0,0
Estudio Audiovisual	2020	Equipamentos	Em Andamento	0,0
Robótica	2020	Equipamentos	Em Andamento	0,0
TOTAL:				0,00

## 16. GRATUIDADES E OUTRAS BOLSAS

As bolsas de estudo concedidas pelo Instituto Alpha Lumen no período de 2023 foram concedidas seguindo rigoroso processo de seleção no qual foram observadas não só as questões acadêmicas relativas a cada aluno bem como as socioeconômicas.

Ressalta-se que a seleção foi feita sem qualquer forma de discriminação, segregação ou diferenciação, sendo vedada também a utilização de critérios étnicos, religiosos, corporativos, políticos, ou quaisquer outros que afrontem esse princípio.

Para fins da auditoria do cálculo executado para se computar as bolsas, dividimos as bolsas concedidas nas seguintes 3 categorias:

## 1. Bolsas Integrais CEBAS

- Para essas bolsas usamos a documentação interna (que contém os devidos questionários socioeconômicos e termos exigidos pelo MEC) para comprovar o número de bolsas integrais (em tempo integral) concedidas para indivíduos oriundos de condição socioeconômica (de até 1,5 salários mínimos mensais per capta) de acordo com o critério definido na Lei Complementar no 187, de 2021.
- Por se tratarem de bolsistas em tempo integral, multiplicamos esse número de alunos pelo fator 1,4 conforme Art. 20, §3º, II, da Lei Complementar no 187, de 2021.
- Multiplica-se a isso o número de meses do ano (12) e o valor médio (média das médias mensais – conforme orientação dada pela auditoria) da mensalidade dos alunos pagantes.

## 2. Bolsas parciais CEBAS

- Para essas bolsas usamos a documentação interna (que contém os devidos questionários socioeconômicos e termos exigidos pelo MEC) para comprovar o número de bolsas parciais concedidas para indivíduos oriundos de condição socioeconômica (não excedente a 3 salários mínimos mensais per capta) de acordo com o critério definido na Lei Complementar no 187, de 2021.
- Por se tratarem de bolsistas parciais, multiplicamos esse número de alunos pelo fator 0,5 (pois subentende-se que a outra metade da mensalidade foi paga e, portanto, não se pode computar o valor cheio como gratuidade).
- Multiplica-se a isso o número de meses do ano (12) e o valor médio (média das médias mensais – conforme orientação dada pela auditoria) da mensalidade dos alunos pagantes.

## 3. Inadimplências

- Cálculo feito de acordo com as mensalidades em aberto.

Para consulta, segue o link da portaria normativa e da Lei que embasam o cálculo:

- PORTARIA NORMATIVA MEC Nº - 15, DE 11 DE AGOSTO DE 2017:  
[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=78751-port-norm-15-de-11-08-2017-pdf&category\\_slug=dezembro-2017-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=78751-port-norm-15-de-11-08-2017-pdf&category_slug=dezembro-2017-pdf&Itemid=30192)
- LEI COMPLEMENTAR Nº 187, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2021:  
[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp187.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp187.htm)

## 16.1 Detalhamento do cálculo das gratuidades no exercício.

Com base na legislação aplicável apresentamos as bases para o cálculo da gratuidade da AAEE ref. ao ano de 2023.

Cálculo Alpha					
<b>W</b>					
Mês	Faturamento	Número de notas	Média	Total Bolsa Integral	Total Bolsa Parcial
Janeiro	1.099,25	524	2,10	187,96	23,08
Fevereiro	1.116,40	534	2,09	187,32	23,00
Março	1.107,89	525	2,11	189,08	23,21
Abril	1.090,99	517	2,11	189,08	23,21
Maiο	1.087,07	515	2,11	189,13	23,22
Junho	1.093,26	517	2,11	189,47	23,26
Julho	1.084,53	515	2,11	188,69	23,16
Agosto	1.087,67	517	2,10	188,50	23,14
Setembro	1.089,00	517	2,11	188,73	23,17
Outubro	1.083,19	514	2,11	188,82	23,18
Novembro	1.083,19	514	2,11	188,82	23,18
Dezembro	1.083,19	514	2,11	188,82	23,18
<b>Total</b>	<b>13.105,64</b>	<b>6.223</b>	<b>25,27</b>	<b>2.264,42</b>	<b>278,00</b>
	(a)				
			(b)		
Bolsas	Classificação	Número de Bolsas	Fator Bolsa Integral (a.F)	Fator Bolsa Parcial (a.F)	Valor Contábil
Gratuidades - Integral Cebas	Integral Integral	64	2.264,42	-	2.264,42 /U
Gratuidades - Parcial Cebas	Parcial Cebas	22	-	278,00	278,00 /U
<b>Total Gratuidades Cebas</b>		<b>86</b>	<b>2.264,42</b>	<b>278,00</b>	<b>2.542,42</b> /1
Outras Bolsas					
Gratuidades - Outras Bolsas	Integral não cebas	2	51		51 /5
<b>Total Outras Bolsas</b>					<b>51</b> /U

## 17. Despesas Recuperadas.

A associação, em virtude de sua elegibilidade para o certificado do CEBAS, detém o direito à isenção do INSS patronal sobre a folha de pagamento, com o crédito sendo retroativo ao mês e ano da solicitação do mesmo.

O montante a ser registrado e disponibilizado na perdcamp totaliza R\$ 846.309,99, sendo compensado durante o ano de 2023 o montante de R\$ 349.061,33 e restando de saldo a restituir o valor de 572.722,25, atualizado conforme Selic.

## 18. CUSTO DAS ATIVIDADES EDUCACIONAIS

Em 2023:

Custo com Pessoal 4.613.539,93

Encargos sobre a Folha 383.568,15

<b>Custos com Atividades Educacionais</b>	<b>7.147.728,51</b>
Ajuda de Custo de Voluntários - AE	58.109,00
Alugueis e Condomínios - AE	475.919,15
Atividades Psicossociais - AE	36.113,58
Bolsas Educacionais - AE	654.500,00
Eventos, Divulgação Científica, Treinamentos - AE	21.692,27
Ferramentas Pedagógicas - AE	15.835,57
Lanches e Refeições - AE	78.104,40
Locação de Equipamentos - AE	28.824,00
Manutenção de Equipamentos - AE	12.305,06
Manutenção de Informática - AE	22.149,09
Manutenção, Conservação e Limpeza - AE	238.163,69
Materiais Didáticos - AE	537.153,92
Material de Escritório e Papelaria - AE	128.447,36
Outros Custos com Atividades Educacionais - AE	280.197,20
Outros Gastos com mão-de-obra - AE	15.004,96
Segurança, Vigilância - AE	22.922,30
Serviços de Pessoa Física - AE	227.764,09
Serviços de Pessoa Jurídica - AE	390.026,44
Serviços Especializados - AE	3.620.368,58
Transportes, Estacionamento, Combustíveis - AE	171.106,34
Uniformes - AE	47.824,41
Viagens, Hospedagens (Olimpiadas, Tomeio, outros) - AE	65.197,10

Nessas contas com a somatória em R\$ 12.144.836,59, computamos os custos com as atividades educacionais da AAEE.

## 19. DESPESAS OPERACIONAIS

	<u>2023</u>
Bens pequeno valor/Bens materiais de consumo	23.704,86
Alugueis/Condomínios	195.117,80
Manutenção Predial/Jardim	297.782,51
Depreciações e Amortizações/Seguros	733.164,02
Viagens e Estadias/Aliment. Viagens/Combustíveis	56.024,41
Propaganda/Publicidade	23.855,48
Doações e Brindes	185.104,78
Serviços de Terceiros	2.347.119,46
Outras despesas Administrativas	1.344.679,58
	<u>5.206.552,90</u>

## 20. CNPJ FILIAL

A Alpha Lumen se divide em dois CNPJs:

- 19.136.655/0001-10 (matriz)
- 19.136.655/0002-09 (filial)
- 19.136.655/0003-81 (filial)

As demonstrações aqui analisadas e os balancetes de suporte tratam-se dos consolidados. Ademais, a movimentação financeira do CNPJ filial é bastante inferior se comparado ao CNPJ matriz.

## 21. GERENCIAMENTO DE RISCOS DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em atendimento aos Pronunciamentos Técnicos a Associação revisou os principais instrumentos financeiros ativos e passivos, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados, os quais estão descritos a seguir:

**Recebíveis:** São classificados como recebíveis os valores de numerário em poder da Associação e depósitos bancários de livre movimentação, contas a receber e outros ativos circulantes, cujos valores registrados aproximam-se, na data do balanço, aos de realização.

**Outros passivos financeiros:** São classificados neste grupo os empréstimos e financiamentos, os saldos mantidos com fornecedores e outros passivos circulantes. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais.

**Valor justo:** Os valores justos dos instrumentos financeiros são iguais aos valores contábeis.

**Gerenciamento de riscos de instrumentos financeiros:** A Administração da Associação realiza o gerenciamento a exposição aos riscos de taxas de juros, crédito e liquidez em suas operações com instrumentos financeiros dentro de uma política global de seus negócios.

**Riscos de taxas de juros**

O objetivo da política de gerenciamentos de taxas de juros da Associação é o de minimizar as possibilidades de perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

A Associação monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas e adota política conservadora de captação e aplicação de seus recursos financeiros, primando pela equiparação dos indexadores.

**Risco de crédito**

Quanto ao risco de crédito associado às aplicações financeiras e equivalentes de caixa, a Associação somente realiza operações em instituições com baixo risco de crédito.

**Risco de liquidez**

É o risco de a Associação não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

### Gestão de risco de capital

Os objetivos da Associação ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Associação para oferecer retorno e benefícios aos seus parceiros de negócios, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir seu custo.

---

João Pedro Almeida de Paula  
CRC 1SP333035/O-2